

**XV CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES  
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia**

**Las Palmas de Gran Canária, 14 e 15 de Outubro de 2009**

**DECLARAÇÃO FINAL**

A XV Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), reunida em Las Palmas de Gran Canária, a 14 e 15 de Outubro de 2009 sob a Presidência do Senhor Paulino Rivero Baute, Presidente do Governo das Ilhas Canárias:

- Agradece ao Comissário Europeu para a Política Regional Senhor Pawel Samecki pela sua presença, o que demonstra a sua sensibilidade e o seu interesse pela ultraperiferia, na tradição da parceria permanente e frutuosa estabelecida entre a Comissão Europeia e as suas regiões;
- Agradece à Presidência sueca na pessoa do Senhor Erling Kristiansson, pela sua participação e pela atenção permanente do seu Estado para com a realidade da ultraperiferia;
- Saúda a delegação dos deputados das RUP do Parlamento Europeu que sempre testemunhou o seu apoio à dimensão ultraperiférica da União Europeia;
- Saúda a presença da Ministra da Reforma de Estado da República de Cabo Verde, Cristina Fontes, que testemunha o interesse deste país numa relação reforçada com a União Europeia através das Regiões Ultraperiféricas, bases privilegiadas de um desenvolvimento mútuo e sustentável nos seus espaços regionais de pertença.

A XV Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas felicita-se pela participação dos Governos de Espanha, na pessoa do Senhor Diego Lopez Garrido, Secretário de Estado para a União Europeia; de França, na pessoa da Senhora Marie-Luce Penchard, Secretária de Estado para os Territórios Ultramarinos; e de Portugal, na pessoa da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Teresa Ribeiro. A sua presença testemunha o constante apoio dado pelos nossos Estados na defesa das suas Regiões Ultraperiféricas tanto ao nível das políticas europeias, como da afirmação do estatuto jurídico da ultraperiferia e do alto nível de





parceria desejável entre as Regiões e os seus Estados para a preparação das futuras políticas comunitárias com impacto nas RUP.

### **A Conferência dos Presidentes RUP:**

Exprime a sua satisfação quanto ao resultado do recente referendo na Irlanda, e conta com uma rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2010, instrumento que deve permitir aprofundar o processo de construção e de convergência europeia e simplificar o funcionamento da União, reforçando o reconhecimento jurídico da ultraperiferia.

Sublinha a importância do processo de nomeação do novo Colégio de Comissários que, sob a Presidência confirmada do Senhor Barroso, será confrontado com a tarefa importante da elaboração das políticas europeias no horizonte pós 2013 e com a aplicação das medidas comunitárias nas Regiões Ultraperiféricas.

#### **A) Tratando-se da crise financeira, económica e social mundial**

Constata que a crise mundial financeira, económica e social teve fortes repercussões nas RUP, particularmente expostas e vulneráveis, como o assinalava a última Declaração de Cayenne de Outubro de 2008, e que os efeitos desta crise foram ampliados em algumas RUP por movimentos sociais que paralisaram a economia durante várias semanas.

Sublinha que este impacto se manifestou nas suas regiões nomeadamente por um abrandamento do processo de convergência e por um retrocesso do nível de coesão económica e social, retrocesso esse confirmado por indicadores significativos.

Exprime a sua vontade de que a União Europeia assegure para a ultraperiferia um tratamento conjunto e equitativo a favor do desenvolvimento económico sustentável das RUP. Esta vontade deve apoiar-se no princípio da igualdade de oportunidades a partir do direito à diferença.

Solicita, para responder a curto prazo aos efeitos da crise nos seus territórios, medidas concretas baseadas em dois princípios fundamentais : o pragmatismo e a flexibilidade.



## **B) Tratando-se do tratamento futuro das RUP no seio da União:**

Lembra os contributos conjuntos das RUP ao longo de 2009 (Livro Verde sobre a coesão territorial, Livro Verde sobre as redes transeuropeias, Comunicação sobre o futuro do transporte sustentável) e as apresentadas anteriormente no contexto da reforma orçamental, da política de coesão ou do futuro da estratégia da UE a favor das RUP.

Reafirmam a sua intenção de continuarem a participar nas consultas com o intuito de apresentarem contribuições específicas que reflectam a realidade da ultraperiferia.

Lembra o compromisso tomado aquando da XIV Conferência dos Presidentes que teve lugar em Cayenne, de realizar um memorando comum das RUP que fixe as perspectivas de desenvolvimento no horizonte de 2020.

Afirma mais uma vez que garantir a coerência das políticas comunitárias na base do n.º 2 do artigo 299.º do TCE deverá continuar como o pilar de base da estratégia europeia em favor das RUP, no respeito do princípio do tratamento diferenciado consagrado pelo Tratado.

Lembra que o caminho percorrido ao longo dos dez últimos anos e a acção comunitária em prol destas Regiões revelam avanços, mas também zonas de sombra e que a continuação de uma estratégia comunitária de desenvolvimento específico em prol da ultraperiferia, se mantém, portanto, indispensável.

Reafirma o destino comum que une as Regiões Ultraperiféricas e solicita à União um tratamento conjunto e equitativo para o conjunto das RUP que tenha em conta a realidade de cada uma.

Sublinha que a estratégia comunitária a favor das RUP deve continuar, antes de mais, na base dos princípios adoptados no Memorando de Cayenne de 1999 (igualdade de oportunidades, coerência, parceria e valorização das potencialidades), e por outro lado desenvolver-se de acordo com os três eixos definidos em 2004 (acessibilidade, competitividade e inserção regional).

Afirma, neste contexto, que o lugar que a Europa quererá ou poderá ocupar no horizonte de 2020, no Mundo de amanhã, dependerá nomeadamente da decisão de dotar as RUP de instrumentos e políticas adaptadas que lhes permitam transformar as suas potencialidades em reais oportunidades de crescimento.

Sublinha, na continuidade das reflexões levadas a cabo pelas Regiões Ultraperiféricas desde o Memorando de Cayenne, e a título das suas novas propostas, que as perspectivas de desenvolvimento a médio e a longo prazo das RUP podem ser sintetizadas como se segue:



- Apostar no desenvolvimento sustentável, valorizando sempre que possível as oportunidades que oferecem as suas potencialidades, o que implica, previamente, uma verdadeira igualdade de oportunidades para os cidadãos e empresas das RUP sustentada, sempre que necessário, em medidas de discriminação positiva;
- Expressar uma política europeia baseada na solidariedade e determinada em tornar mais coerentes as vertentes interna e externa de todas as políticas sectoriais comunitárias. Neste sentido, esta política deve conciliar simultaneamente, o princípio de pertença das RUP à UE e o seu posicionamento geográfico, que requer uma melhor inserção regional. É portanto necessário completar o objectivo da coesão territorial para atingir uma lógica de coerência territorial;
- Considerar que o mercado interno é um instrumento (e não um fim em si) cujo objectivo real é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos europeus, incluindo os das Regiões Ultraperiféricas, e que pode e deve portanto ser objecto de medidas de excepção, sempre que necessário;
- Apoiar com mais coerência as reais oportunidades das RUP nos sectores de futuro (energias renováveis, investigação, ...) permitindo-lhes valorizar o sector primário, garantia de segurança alimentar, e os sectores produtivos, que contribuem para a diversificação da economia local;
- Dinamizar as relações de parceria com as Instituições comunitárias e os Estados na elaboração das políticas comunitárias com impacto nas RUP.

Chama a atenção dos seus parceiros para a importância do terceiro Memorando das RUP que testemunha, novamente, a capacidade da Conferência em conceber e propor um projecto global baseado em princípios chave, eixos prioritários e orientações sectoriais.

Releva que a Conferência se interrogou sobre as causas das numerosas incoerências na aplicação às RUP das políticas comunitárias. Estima que só com a adaptação das políticas concebidas para o conjunto da UE não se pode verdadeiramente chegar a estabelecer um conjunto de medidas coerente, eficaz e aplicável às RUP. Em consequência, apela à criação, no plano comunitário, de um quadro específico, horizontal e único, que integraria todas as medidas específicas favoráveis ao desenvolvimento das RUP.



### **C) Sobre as problemáticas sectoriais, a Conferência:**

Congratula-se com a posição adoptada, a 19 de Junho de 2009, pelos Governos de França, Espanha e Portugal no que se refere ao sector da banana, pedindo que o acordo multilateral que se negocia no seio da OMC disponha de suficientes garantias jurídicas para não voltar a ser posto em causa no momento da conclusão dos acordos do Ciclo de Doha, ou de outros acordos agrícolas futuros, nomeadamente com os países latino-americanos. Assim, associa-se igualmente a este pedido de estabelecimento de um período mais longo de redução tarifária prevista sob o acordo preliminar de Julho de 2008 no âmbito da OMC, com o objectivo de que qualquer perda considerável de rendimentos dos produtores comunitários, devido às reduções tarifárias previstas, possa ser compensada por ajustamentos do apoio comunitário.

Está preocupada com a possibilidade das alterações na PAC, nomeadamente no que se refere à perspectiva do fim do regime das quotas leiteiras em 2015, que colocará em perigo um sector importante para algumas RUP, e pede que seja garantido o rendimento dos produtores.

Solicita à Comissão em nome da coesão económica e social na Guiana que:

- Dê uma resposta urgente ao dossier relativo à lista complementar de produtos elegíveis ao diferencial de taxação de “*octroi de mer*”;
- Estude rapidamente a possibilidade de derrogação das normas de qualidade dos combustíveis, a título transitório e na base do princípio da realidade, para permitir o seu abastecimento a partir dos países terceiros vizinhos.

Pede, tendo em conta, ao mesmo tempo o défice de acessibilidade e a insuficiente regulação pelo jogo normal da concorrência, a implementação de um quadro que permita assegurar o preço mais justo, tanto para os consumidores como para os produtores.

### **D) A Conferência dos Presidentes:**

Deseja que a Presidência espanhola da UE, durante a primeira metade de 2010, seja decisiva na dinamização da estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas e considera indispensável que, ao mais alto nível político, a mesma contribua para a sensibilização dos outros Estados-membros para as especificidades destas Regiões.

Solicita, neste sentido, à Presidência espanhola a inclusão de uma referência específica às Regiões Ultraperiféricas nas conclusões do



Conselho Europeu de Junho, insistindo na renovação do compromisso político da União para com estas Regiões e convidando a Comissão Europeia a submeter, o mais tardar no princípio de 2011, uma nova estratégia da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas a partir de 2013.

Felicita-se pela adopção do terceiro Memorando conjunto das sete Regiões Ultraperiféricas, pedido pela Declaração Final de Cayenne de 2008, que servirá de primeiro posicionamento destas Regiões para as negociações a levar a cabo na cena europeia no horizonte pós-2013.

Está disposta a acolher muito favoravelmente as regiões que têm vocação, no âmbito da Tratado de Lisboa, a tornarem-se RUP. Mandata o Presidente da Conferência para lhes enviar a presente Declaração e tomar qualquer iniciativa útil em concertação com os Presidentes da Reunião e de Guadalupe.

A Conferência de Presidentes decide:

- Mandatar o Presidente do Governo Regional das Ilhas Canárias para transmitir a presente Declaração e o Memorando comum à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões, ao Comité Económico e Social Europeu e aos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia;
- Mobilizar o apoio de Espanha, França e Portugal para a aprovação, na base do Memorando preparado pelas próprias Regiões, de uma posição conjunta dos Estados e das RUP durante a próxima Presidência espanhola da União Europeia a ser comunicada às Instituições Europeias no decurso do primeiro semestre de 2010;
- Mandatar o Presidente da Conferência dos Presidentes das RUP para sensibilizar as autoridades actualmente responsáveis pela organização e pelo andamento da Presidência espanhola para prestar uma atenção particular à ultraperiferia no seu programa oficial.
- Mandatar o Comité de Acompanhamento para, durante o próximo ano:
  - Acompanhar o futuro do Memorando conjunto das RUP e contribuir para a preparação da posição comum das Regiões e dos Estados, se estes últimos aderirem ao pedido da Conferência;
  - Avaliar as consequências de uma eventual ratificação definitiva do Tratado de Lisboa para as RUP actuais e potenciais ao nível das políticas comunitárias e da organização da Conferência;

- Analisar a oportunidade e a exequibilidade de uma política de alianças e de cooperação com parceiros estratégicos que possa contribuir para a consolidação do conceito de Ultraperiferia e para a elaboração de eventuais posições e estratégias comuns.

Las Palmas de Gran Canaria, 14 de Outubro de 2009.

Regiões Europeias Ultraperiféricas



*[Handwritten signature]*  
**AÇORES**

*[Handwritten signature]*  
**CANÁRIAS**

*[Handwritten signature]*  
**GUADALUPE**

*[Handwritten signature]*  
**GUIANA**

*[Handwritten signature]*  
**MADEIRA**

*[Handwritten signature]*  
**MARTINICA**

*[Handwritten signature]*  
**REUNIÃO**